



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER nº

AO PROJETO DE INDICATIVO DE LEI Nº. 23/15, que:

Dispõe sobre a obrigatoriedade do Programa Educacional Permanente de "Resistência às Drogas e à Violência nas escolas públicas e privadas", em todo o território do Estado do Piauí.

RELATOR: DEP. EDSON FERREIRA

I - RELATÓRIO

Apresento, nos termos dos arts. 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno da Casa, Parecer onde examinamos a constitucionalidade do Indicativo de Projeto de Lei que trata sobre a obrigatoriedade do Programa Educacional Permanente de "Resistência às Drogas e à Violência nas escolas públicas e privadas", em todo o território do Estado do Piauí.

Visto isso, ressalto a relevância da propositura ora em comento, especialmente no que se refere à criação de programas de combate e prevenção às drogas e a violência dentro das escolas.

Para tanto, foi justificado que o citado programa não invalidará qualquer outro programa que trabalhe com a prevenção e combate às drogas e a violência nas escolas, ele apenas estará oferecendo mais espaços para participação da sociedade e atividades projetadas para o enfrentamento desses casos.



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

Portanto, devo verificar a constitucionalidade do indicativo de Projeto de Lei ora apresentado pela nobre Deputada Flora Izabel, sendo certa a importância do tema que tem como objeto principal a criação de programa direcionado ao combate às drogas e a violência nas escolas.

Sendo assim, por se tratar de indicativo de Projeto de Lei, o mesmo deverá ser encaminhado ao executivo para transformá-lo ou não em projeto e reenviá-lo a esta casa para sua normal tramitação.

II – VOTO DO RELATOR

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa legislante da nobre colega Parlamentar, somos pela constitucionalidade da proposição com a remessa ao poder executivo para que submeta análise de sua conveniência.

III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento (X)

Pela rejeição ()

APROVADO À UNANIMIDADE
em 29/09/15
Presidente da Comissão de
Justiça

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 18 de setembro de
2015.


DEP. EDSON FERREIRA – PSD
RELATOR